

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CÂMPUS MUZAMBINHO
Curso de Licenciatura em Educação Física**

VIVIANE REGINA GASPAR

**A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PANORAMA DA
ESCOLA SALATIEL DE ALMEIDA DE MUZAMBINHO/MG.**

**MUZAMBINHO
2013**

VIVIANE REGINA GASPAR

**A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PANORAMA DA
ESCOLA SALATIEL DE ALMEIDA DE MUZAMBINHO/MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Câmpus Muzambinho, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. MSc. Daniela Gomes Martins Bueno.

**MUZAMBINHO
2013**

COMISSÃO EXAMINADORA

Muzambinho, ___ de _____ de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a aos meus pais por todo amor, carinho, compreensão e incentivo, eles que em todos os momentos da minha vida vêm lutando e torcendo por mim e que passaram junto comigo todos os momentos de angústias, dificuldades e preocupações. E aos meus amigos e familiares pelas minhas ausências durante a realização deste trabalho. Dedico-lhes a todos estes essa conquista com gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas, que de alguma maneira direta ou indiretamente, contribuíram para a criação e desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a Deus que me ilumina todos os dias. Aos meus pais que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. À professora Daniela Gomes Martins Bueno pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. À professora e coordenadora do curso, Elisângela, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade. A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica. E por fim, aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém ainda viu, mas sim pensar o que ninguém ainda pensou sobre o que todo mundo vê.”

(ARTHUR SCHOPENHAUER)

GASPAR, Viviane Regina. **Educação Física na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: panorama da Escola Salatiel de Almeida de Muzambinho/MG.** 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Educação Física) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho, 2013.

RESUMO

O presente estudo caracterizou-se como do tipo descritivo e teve como objetivo identificar o panorama da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida do município de Muzambinho/ MG. Para analisar o panorama foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores diretamente envolvidos: alunos, professora e diretora no intuito de identificar suas percepções sobre as aulas de Educação Física nesta modalidade de ensino. Para embasar as discussões foram analisados os elementos legais e as produções referentes à Educação de Jovens e Adultos e a Educação Física para o referente público. Os dados coletados na pesquisa foram analisados e confrontados com estudos de teóricos contemporâneos. O trabalho foi estruturado em três capítulos sendo o primeiro A EJA no Brasil contemplando seu contexto histórico. No segundo capítulo foram tratadas as propostas para a disciplina Educação Física na EJA. O terceiro capítulo contemplou a percepção dos atores em relação a disciplina e as aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física, Educação de Jovens e Adultos, Panorama.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL | 12 |
| 1.1 Historicizando a EJA..... | 12 |
| CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 19 |
| 2.1 Proposta do MEC para a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos..... | 23 |
| 2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais, Educação Física e ensino noturno..... | 27 |
| 2.3 A proposta do Estado de Minas Gerais para Educação Física: Conteúdos Básicos Comuns..... | 29 |
| 2.4 Proposta Municipal Curricular para Educação Física na Educação de Jovens e Adultos..... | 33 |
| CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA- PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS | 37 |
| 3.1 Cenário da EJA no município..... | 37 |
| 3.2 A pesquisa aplicada..... | 38 |
| 3.2.1 Os alunos da Educação de Jovens e Adultos..... | 39 |
| 3.2.2 A professora de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos..... | 47 |
| 3.2.3 A diretora da Escola Salatiel de Almeida..... | 51 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| ANEXO I | 64 |
| ANEXO II | 65 |
| ANEXO III | 66 |

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é a garantia do direito desse público à educação básica, que abrange do ensino fundamental ao médio. Assim, ela representa perante a sociedade e para o governo, a reparação de uma dívida social para com todas aquelas pessoas que não tiveram oportunidades de acesso ou conclusão dos estudos na idade apropriada. Tal dívida é um legado de um passado indigno e excludente, que se prolonga até os dias de hoje com a divisão das classes sociais, onde muitos continuam não tendo acesso e outros têm uma educação precária e de má qualidade. Nesta perspectiva, ter o acesso negado à educação básica e de qualidade é viver sem uma forma digna e igualitária perante a sociedade, vivendo, assim, na ignorância e na insegurança de um futuro compensatório. Contudo, para muitos na sociedade é estar marginalizado culturalmente, impossibilitado de exercer plenamente a sua cidadania, e por fim, não estar qualificado para o mercado de trabalho que atualmente se faz cada vez mais exigente e competitivo (PORCARO, 2010).

No que se diz respeito às aulas Educação Física na EJA, esta é um componente currículo de oferta obrigatória pela instituição de ensino uma disciplina obrigatória, porém facultativa no ensino noturno para quem a lei ampara (BRASIL, 1996).

Entretanto, ainda que na Educação de Jovens e Adultos não seja obrigatória a participação do aluno na Educação Física, Miranda (2010) afirma que é de grande importância a prática tanto para a saúde física quanto mental. Machado e Loureiro (2009) afirmam que a saúde física, a prática regular de exercícios e educação corporal é fator que coopera para uma excelente saúde e para melhor qualidade de vida do indivíduo. Quanto à saúde mental, a educação física pode ajudar o aluno a aprender a conviver em grupos, trabalhar em equipe, aprender a comemorar as vitórias e adquirir experiência com as perdas, conhecer o seu corpo e controlar seus sentimentos e emoções.

Por se tratar de temas de alta relevância, Educação Física e Educação de Jovens e Adultos, objetiva-se com este estudo identificar o panorama das aulas de Educação Física da EJA na Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida da cidade de Muzambinho/MG. Para tanto, estabeleceu-se algumas etapas que

visaram nortear e dar embasamento teórico a esta pesquisa como conhecer os objetivos da Educação de Jovens e Adultos, identificar a proposta atual de Educação Física para a EJA no Brasil, no Estado, e no Município a partir das legislações vigentes, apontar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o aluno da EJA, conhecer a percepção do professor e dos alunos em relação às aulas de Educação Física e, a partir daí, analisar o panorama atual da instituição escolhida.

Este estudo se justifica na crença de que analisar a participação dos alunos nas aulas de Educação Física no decorrer da Educação de Jovens e Adultos é de extrema valia no que diz respeito a possíveis continuidades ou intervenções e quem sabe até, para mudanças de rumos. No que se refere à participação, este estudo se justifica também, pois a situação se agrava muito quando consideramos que esses alunos estudam no período noturno.

A hipótese que se estabelece é de que as aulas de Educação Física são pouco frequentadas pelos alunos e que os professores não possuem planejamento específico para o público específico da EJA.

Para fazer tal análise, este estudo procurou conhecer a proposta Federal, recomendada pelo MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a proposta Estadual, que no Estado de Minas Gerais baseia-se nos Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e por fim na proposta Municipal, criada no ano de 2007, porém pouco divulgada no município.

Esta pesquisa caracterizou-se como sendo do tipo descritiva, pois de acordo com Barros (1986, p. 90), uma vez realizada uma entrevista, ela diagnóstica e analisa uma situação, promovendo interferências na sua normalidade.

O universo do estudo compreende a Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida na cidade de Muzambinho-MG. Esta escolha se deu pelo fato de esta ser a única escola da cidade a ofertar o ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Outro fator importante é contemplar na sua matriz curricular o componente Educação Física, foco deste estudo. Os discentes estão divididos em três turmas sendo uma que contempla o nono ano do ensino fundamental, outra o primeiro ano do ensino médio e ainda uma terceira turma que contempla o segundo ano do ensino médio. Cada uma dessas turmas apresentam 49 alunos em média, tem o mesmo docente responsável pela

disciplina Educação Física e executam a aula no mesmo dia-horário.

Para compor a amostra selecionou-se alunos desta escola a fim de se obter um panorama mais abrangente sobre a situação da Educação de Jovens e Adultos na instituição. Esta se constituiu de um número de 42 alunos, a diretora e 1 docente de Educação Física do ensino noturno da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida do centro da cidade de Muzambinho-MG. Não se considerou o ano de ensino oferecido, apenas a condição de oferta da Educação Física no período noturno na Educação de Jovens e Adultos. O seleção do docente obedeceu ao mesmo critério

Para o presente estudo foi utilizado uma entrevista semiestruturada, que para Manzini (2003) este tipo de entrevista está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para tanto esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Assim, este estudo baseou-se em algumas perguntas destinadas aos alunos, diretora e professora de Educação Física que serviram para nortear os questionamentos da entrevista.

Para a primeira etapa da pesquisa foi efetuado um breve levantamento de dados bibliográficos a respeito do assunto esboçado na pesquisa. Por seguinte foi feita uma visita até a escola destinada para a pesquisa a fim de firmar parceria e apresentar respectivamente as propostas do projeto para coleta de dados do estudo. É considerável relatar aqui que não se encontrou relevante resistência para que a entrevista ocorresse conforme os requisitos adotados na investigação.

Posteriormente, com o apoio da escola, foi realizada a entrevista semiestruturada no período de aula ou de trabalho dos entrevistados, lembrando que o diagnóstico foi investigado por cada componente da amostra. Desta forma, utilizamos como material de registro das entrevistas um gravador de voz que possibilitou uma análise e transcrição dos dados mais precisa.

As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora, nos locais de trabalho do professor componente da amostra.

O estudo limitou-se a ouvir todas as partes envolvidas no processo educacional, pois segundo Manzini (2001) uma visão mais abrangente sobre estudos pode-se obter um contexto de análises mais profundas e complexas. O autor ainda diz que o termo "unilateral", significa "situado de um lado só". Que vem de um único lado. Que vale para um lado só, assim atende aos interesses de apenas uma das partes em questão. Contudo, o estudo possui valor e representatividade sobre o quadro atual da Educação Física no ensino noturno da Educação de Jovens e Adultos da Cidade de Muzambinho.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADUTOS NO BRASIL

1.1 Historicizando a EJA

Segundo Fernandes et al. (2010) no período colonial, por volta de 1549, o Brasil começa a ter início na sua educação. Nesse período os jesuítas acreditavam na catequização dos índios, ou seja, acreditavam que não seria possível a conversão dos índios sem que antes eles soubessem ler e escrever. Assim, a referência para a população adulta era apenas educação visando a doutrina religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso do que educacional. Porém, de certa forma, os jesuítas através de seu trabalho de catequização dos índios com o intuito da salvação das almas destes, abriram caminho para o início da educação no Brasil. Com isso, se pode observar os primeiros indícios da educação de adultos no país.

Porém ao longo da história a educação sofreu inúmeras mudanças. A educação ao ser institucionalizada no Brasil atendia apenas crianças que pertenciam à elite socioeconômica da época, fazendo da educação um privilégio para poucos. Os menos favorecidos, ou seja, as crianças das classes inferiores do país, com o passar dos anos se tornariam adultos analfabetos. Nessa época o índice de adultos não alfabetizados era alto, pois a grande maioria da população era responsável por trabalhos pesados, os quais não eram requeridos o grau de alfabetização (GOMES; SILVA; GÜNTHER, 2009).

No final do século XIX com a chegada da revolução industrial no Brasil, se fez necessária a contratação de funcionários alfabetizados, proporcionando, assim, a extensão da educação elementar a todas as classes sociais. Entretanto a demanda de público tornou-se maior que a ampliação do ensino público (CERATTI, 2007).

De acordo com Porcaro (2010), por volta de 1940 é encontrado no país um índice elevado de analfabetismo. Assim, o governo tomou a decisão de criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta do Brasil, afirmando essa decisão nos meados de 1945 com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Em 1947 o governo lança a primeira campanha de educação de jovens e

adultos no país, tendo esta como a principal proposta à alfabetização dos jovens e adultos analfabetos com duração de três meses. Para tanto se propôs também um curso primário com duração de sete meses, uma capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Assim abriu-se uma discussão de caráter nacional sobre o analfabetismo no país (FRIEDRICH, 2008).

Decorrente desse período para Gomes et al. (2009) nessa época o analfabetismo era visto como causa e não efeito do escasso desenvolvimento do Brasil. Nesse período o analfabeto carregava o estigma de elemento incapaz e marginal, não podendo votar ou ser votado.

Nesse período surgiram, então, inúmeras críticas referentes ao método de alfabetização adotado pela campanha como as condições precárias de funcionamento das aulas, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos, a má remuneração e desqualificação dos docentes, a inadequação do programa e do material didático da campanha e a superficialidade do aprendizado, sendo curto o período de tempo destinado para tal (GOMES; SILVA; GÜNTHER, 2009).

Ao término da década de 50 e início da década de 60 a população civil se mobilizou a fim de obter uma reforma de base, o que contribuiu para mudanças das iniciativas públicas de educação de adultos. Assim, surgiu uma nova visão sobre o analfabetismo no Brasil interligado a uma nova pedagogia destinada a educação de jovens e adultos. O analfabetismo no país antes visto como sinônimo de pobreza e marginalidade passou a ser visto como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (SANT'ANNA, 2006).

Devido a estas novas visões a respeito da EJA, em 1963 o governo decretou o fim da primeira campanha de educação de jovens e adultos e encarregou Paulo Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos devido ao seu sucesso em partes da primeira campanha. No entanto, o golpe Militar de 1964 acarretou em uma ruptura a esse trabalho de alfabetização, pois a conscientização proposta por Paulo Freire passou a ser vista como ameaça à ordem instalada. A partir daí, deu-se o exílio de Paulo Freire e o início da realização de programas de alfabetização de adultos conservadores e assistencialistas (SALDANHA, 2009).

Em 1967 o governo assumiu o controle da educação de adultos do país, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), visando a alfabetização funcional para a população de 15 a 30 anos. Já na década de 70 ocorreu, então, a expansão do MOBRAL, em termos territoriais e de continuidade, iniciando uma proposta de educação integrada, tendo esta por objetivo a conclusão do antigo curso primário. Porém, paralelamente, alguns grupos atuantes na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro da linha mais criativa (FERNANDES et al. 2010).

Em 1971, no Brasil, se institucionalizou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, a implantação do Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA. Esta lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, porém reconheceu a educação de adultos como um direito do cidadão, o que já era considerado como avanço para a área da EJA no país nesta época (LDB, 1971).

Contudo segundo Vieira (2004), o Ministério da Educação (MEC) em 1974 propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos, o CES. Devido à época vivida pelo país, foram efetuados inúmeros acordos entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Os cursos oferecidos aqui foram fortemente influenciados pelo tecnicismo, adotando os módulos institucionais, o atendimento individualizado, a autoinstrução e a aquisição em duas etapas: modular e semestral. Porém este curso teve inúmeras consequências, tais como o individualismo, e a certificação rápida e superficial.

No decorrer histórico da EJA, por volta da década de 80, com a abertura política, a alfabetização era desenvolvida dentro de um formato mais crítico, ganhando maior proporção. Assim, surgiu no país os projetos de pós-alfabetização, que propunham um avanço na escrita, na linguagem e nas operações matemáticas (MOLL, 2004).

No ano de 1985, o MOBRAL foi extinto e deu lugar a Fundação EDUCAR, que passou a apoiar financeiramente e tecnicamente as novas iniciativas. Esta mesma década foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua escrita com reflexo positiva na alfabetização de adultos (VIEIRA, 2004).

Já por volta de 1988 o dever de estado com a EJA foi ampliado devido à constituição, gerando o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito para todos (PORCARO, 2010).

Nos meados da década 90 ocorreu um crescimento significativo referente ao reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às reuniões organizadas pela UNESCO, encarregada de incrementar a educação nos países em desenvolvimento pela ONU. Esta iniciou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de quase todo o país. A partir daí foram organizados os Fóruns Estaduais de EJA, que foram se expandindo em todo o Brasil, atualmente presentes em quase todos os estados brasileiros. Isso ocorreu em 1996 através de uma mobilização protagonizada pelo MEC e pela UNESCO, instituindo uma Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Assim a chamada foi que cada estado, com sua delegação, realizasse um encontro para diagnosticar metas e ações de Educação de Jovens e Adultos em seu estado (GOMES; SILVA ; GÜNTHER, 2009).

Devido a esta mobilização em 1997 a UNESCO convocou diversas entidades a fim de discutir e elaborar um documento nacional com diagnósticos, princípios, compromissos e planos de ação. Na mesma década, em 1999, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, o ENEJA, no Rio de Janeiro, onde participaram os fóruns de vários estados, tais como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. O encontro foi um estímulo para o surgimento de outros fóruns. A partir daí esses encontros vem ocorrendo todo ano no país (SANT'ANNA, 2006).

Em 2000, o II ENEJA, em Campina Grande - Paraíba - com a participação de oito fóruns; em 2001 o III ENEJA, em Campos - Rio de Janeiro - com a participação de 10 fóruns; em 2002, o IV ENEJA, em Belo Horizonte - Minas Gerais - com a participação de 12 fóruns; em 2003, o V ENEJA, em Cuiabá - Goiás - com a participação de 17 fóruns; em 2004, o VI ENEJA, em Porto Alegre- Rio Grande do Sul - com a participação de 17 fóruns; em 2005, o VII ENEJA, em Brasília - Distrito Federal - com a participação de 24 fóruns; em 2006, o VIII ENEJA, em Recife - Pernambuco - com a participação de 26 fóruns (PORCARO, 2010).

Atualmente no Brasil segundo a lei de Diretrizes e bases da Educação de 1996, a LDB, em seu artigo 26 no 3º parágrafo se refere à Educação Física no ensino noturno, isso inclui a Educação de Jovens e Adultos. Segundo esta lei a Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica, dando à prática da disciplina facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; que seja maior de 30 anos de idade; que estiver prestando serviço militar ou que em situação similar, que seja amparado pelo decreto da lei nº 10.044 de 21 de Outubro de 1969 e que tenha prole (SALDANHA, 2009).

Uma interpretação desta lei é feita por Silva e Silva (2007) que afirmam que a capacidade dos legisladores de transferirem a responsabilidade, pois antes à disciplina era ou não oferecida por meio de uma discussão e decisão da própria escola, agora fica a cargo de o aluno optar pela disciplina ou por sua dispensa.

Assim a LDB 9394/96 propôs, nesse referente artigo da lei, a igualdade de acesso à escola, valorizando a experiência extraescolar e o vínculo entre a educação escolar o trabalho e as práticas sociais. Com a constituição de 1988 é ampliado o dever do Estado sobre a educação, garantindo a todos, inclusive, aos jovens e adultos, o acesso ao Ensino Fundamental (FRIEDRICH, 2008).

Oliveira (2010) vem enfatizar a nova LDB de 1996 dizendo que tal lei valoriza a Educação de Jovens e Adultos e possui uma seção exclusiva ao tema, porém o mesmo autor afirma que o que aparenta ser um novo horizonte se transforma no processo de desqualificação dessa modalidade de ensino.

Perante o histórico da EJA no Brasil, percebem-se momentos de grandes fracassos e críticas quanto à busca de qualidade em seu ensino.

O MEC, no mês de Janeiro de 2003 se pronunciou a respeito da alfabetização de jovens e adultos, dizendo que esta seria uma prioridade do Governo Federal. Para tanto, criou-se a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, tendo como prioridade, por fim ao analfabetismo durante o mandato do Presidente Lula. Assim, para cumprir essa prioridade foi criado o programa Brasil Alfabetizado, pelo qual o MEC é encarregado de contribuir com

os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que se possa cada vez mais desenvolver ações de alfabetização no País (SALDANHA, 2009).

Desta forma nesse programa a assistência será direcionada ao desenvolvimento de projetos objetivando a Alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores. Para tanto, necessita-se que o alfabetizador, antes de iniciar as atividades de ensino, obtenha um conhecimento prévio com grupo o qual irá trabalhar. Assim, esse conhecimento pode ser obtido através do cadastro dos alunos e pelo diagnóstico inicial que é tido pelo docente como base para o planejamento das atividades que irão se desenvolver ao longo do período escolar. Respectivamente, a intenção é tornar o processo de alfabetização mais participativo e conseqüentemente mais democrático. Contudo, a formação de alfabetizadores compreende a formação inicial e a formação continuada (OLIVEIRA; PAIVA, 2010).

O Programa continuou em andamento, embora criado para ter duração de quatro anos. Durante o governo Lula percebeu-se a necessidade de dar continuidade às ações governamentais (VIEIRA, 2012).

No ano de 2005 foi implantado pelo governo Lula o Projoven, este associado à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Como parte de um conjunto de ações que tinham por objetivo a inclusão escolar de jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série, que não concluíram o ensino fundamental e não possuíam formas regulamentadas de trabalho. Para tanto, a meta era realizar a conclusão do ensino fundamental, a formação inicial ligada à qualificação profissional e a ação comunitária. Este também tinha como objetivo propiciar a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (ANDRADE et al. 2009).

Por seguinte, em 2008, o Projovem foi reorganizado a fim de ampliar a faixa etária de atendimento de jovens com até 29 anos. Desta forma, a duração do curso foi aumentada e houve, assim, uma expansão para municípios com mais de 200 mil habitantes (PINTO, 2009).

Em 2010, de acordo com dados obtidos no Portal da

Transparência, o Projovem era o programa de EJA do governo federal com maior aporte de recursos diretos, vencendo até o aporte financeiro do Brasil alfabetizado, tendo desta forma um grande apoio financeiro por parte do governo federal (VOLPE, 2011).

Até 2008 o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) era a prova responsável por avaliar adultos que pretendiam conseguir um certificado de conclusão do ensino médio. Essa função foi repassada ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que também emite certificado do ensino fundamental. Atualmente, o Enceja avalia apenas o ensino fundamental. As pessoas com mais de 18 anos podem fazer apenas o Enem para obter os diplomas de ensino fundamental e médio (LESME, 2013).

Portanto, segundo Lesme (2013) existem regras a serem cumpridas e documentos a serem providenciados para que o certificado seja emitido tais como completar 18 anos até o dia da primeira prova do Enem, indicar na inscrição do Enem que deseja obter o certificado de conclusão do ensino médio, escolher na inscrição do Enem uma instituição certificadora (de preferência uma na sua cidade) e por fim obter, no mínimo, 450 pontos em cada uma das quatro provas objetivas do Enem e 500 na redação.

CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

A Educação Física no ensino noturno na Educação de Jovens e Adultos ainda apresenta muitas lacunas. O ensino noturno nunca chegou a despertar grandes interesses em nossos governantes. Carvalho (2010) afirma que:

A partir dos dados referentes ao início do funcionamento dos cursos noturnos e do estudo da legislação escolar – onde se reconhece a existência desses cursos e sua destinação – nota-se que nada foi realmente pensado para adaptá-la às condições específicas dessa clientela, nem para aproveitar a experiência vivida desses alunos.

A Educação Física compõe a matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos, porém a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Artigo 26º § 3º afirma que:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos (LDB, 1996).

Para tanto, interpreta-se que a facultatividade da lei é para a escola ou o sistema ao qual ela está inserida e não, para o aluno. Assim, os Sistemas de Educação devem oferecer o ensino da disciplina em seu componente curricular pelo fato de sua obrigatoriedade. Esta questão pode ser nova para quem até então, ministrava aulas para crianças e adolescentes, considerando que agora o público-alvo, trata-se de adultos e jovens que trabalham durante o dia todo e que à noite, vão à busca de novos conhecimentos (CORREIA, 1996).

Tal visão também é corroborada por Barbosa et al. (2012), quando afirmam que na Educação de Jovens e adultos a Educação Física é um componente curricular obrigatório, porém o que a diferencia das outras disciplinas é o fato da sua facultatividade em alguns casos, ou seja, o aluno que se enquadra nos tópicos amparados pela lei, pode optar em fazer ou não as aulas de Educação Física.

De acordo com Correia (1996) pela diversidade do grupo em questão, a exigência de formulação de uma nova proposta pedagógica diferenciada se faz

necessária. Um planejamento motivante aumenta a participação dos alunos nas atividades, proporcionando a valorização da educação física dentro da escola.

As escolas, até então, justificavam a facultatividade da disciplina ao currículo pelo fato dos alunos já virem cansados do trabalho e o amparo do sistema, pois desta forma, menos docentes teriam que ser admitidos. A Educação Física necessita justificar sua presença no meio escolar por meio de um trabalho inovador, permitindo a manifestação das diferenças. A principal característica da Educação Física é o movimento e este é o que a diferencia das demais disciplinas (PAIANO, 1998).

Segundo a visão da Educação Física escolar relatada por Silva e Silva (2007) esta deve proporcionar aos alunos espaços para refletir, discutir, problematizar, vivenciar na prática questões relacionadas à motricidade humana, assim, levando o aluno a desenvolver a descoberta e exploração de novos movimentos corporais. Para tanto, esses novos movimentos devem ter significado para o aluno refletir de forma positiva em suas atitudes enquanto ser construtor de conhecimento e o ajude na afirmação dos padrões naturais de movimento tendo, desta forma, um enriquecimento cultural, valorizando as diversas formas de movimento humano como jogos, danças, ginásticas, lutas, esportes e também a valorização da expressão corporal como uma das formas de linguagem, visto que a linguagem verbal e escrita é bastante valorizada atualmente na sociedade. Assim o aluno pode acrescentar isso a possibilidade de desenvolver sua consciência da importância das práticas corporais como forma de observar e refletir sobre sua própria qualidade de vida e com isso valorização a prática de atividades motoras fora do ambiente escolar.

Nosso corpo pode ser considerado como símbolo o qual transmite o que sentimos, possibilitando, assim, expressarmos nossos desejos mais internos e externos que se traduzem em forma de movimento. Todas as nossas ações estão calcadas pelo movimento, ou seja, o movimento do corpo humano é um tema socialmente relevante (PAIANO, 1998). Este autor ressalta que

...nosso corpo somos nós. É nossa única realidade perceptível. Não se opõe à nossa inteligência, sentimentos, alma. Ele os inclui e dá-lhes abrigo. Por isso, tomar consciência do próprio corpo e espírito, psíquico e físico, e até força e fraqueza,

representam não a dualidade do ser, mas sua unidade (PAIANO, 1998).

No que diz respeito a comunicação, Silva e Silva (2007) afirmam que esta, no meio escolar, poderá trazer no dia-a-dia muitas melhorias em suas aulas, possibilitando a construção de uma Educação Física que leve em consideração as opiniões de todos do meio escolar, principalmente do corpo docente, diretores e supervisores os quais podem trabalhar juntos para a inserção e para melhor aceitação da disciplina dentro do ambiente escolar, legitimando-a na prática e não somente amparada pela lei, que apesar de ser muito importante não possibilita satisfatoriamente a sua principal função: a de levar os alunos a verem o significado em seu estudo em si.

Assim, fica claro aqui que a disciplina não pode se resumir à recreação ou a reflexões simplistas sobre a qualidade de vida. O professor tem de atuar de maneira intencional, fornecendo subsídios para que os estudantes reflitam a respeito sobre o que já conhecem sobre as práticas corporais e desenvolvam novos entendimentos sobre tais práticas (CARVALHO, 2010).

Precisa-se pensar em uma Educação Física escolar para a Educação de Jovens e Adultos que busque atender ao aluno em todos os seus domínios, ou seja, que lhe dê oportunidades expressar seus valores, suas vontades, seus desejos e fazer com que eles se sintam livres, que sejam seres humanos que tenham uma visão crítica sobre seu papel na sociedade e consigam com isso dar um salto para um verdadeiro conhecimento válido, que segundo Silva e Silva (2007) nada mais é que:

Todo aquele e só aquele que me leva a mudar de lugar, sair de um lugar onde era ignorante a respeito de fatos e/ou perspectivas, para outro onde estes aspectos se desvelam e me tornam curiosa para apropriar-me de outros mais.

Machado e Loureiro (2012) dizem que é de suma importância a prática da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, para a conscientização da relação atividade física e saúde, e de como as práticas corporais podem melhorar a qualidade de vida dos alunos. O docente neste processo tem um papel fundamental, pois ele será o responsável por quebrar o estereótipo de que, a Educação Física é só correr atrás de uma bola e cansar. A Educação Física vai muito além do correr atrás da bola, a partir dela podemos mudar

hábitos de vida, para assim vivermos mais e melhor. Infelizmente o que se observa na Educação de Jovens e Adultos, é que os alunos na grande maioria, não são praticantes de algum exercício físico, geralmente por passarem grande parte do tempo trabalhando ou por não terem oportunidades. Assim, muitas vezes, o local onde eles terão oportunidade de praticar um exercício físico é na escola.

Observando os objetivos que tratam a Educação Física e a realidade dos alunos, se faz necessário refletir a respeito dos conteúdos das aulas, para que levem em consideração alguns aspectos, como por exemplo, considerar que a pessoa do(a) professor(a) que atua na escola, além de sua formação acadêmica tem seus valores, hábitos, tradições, costumes, possuem uma história de vida que o fez optar por ser professor de Educação Física ao invés de escolher outra profissão; relaciona-se com outros professores; lida com uma expectativa que sobre ele é colocada pela direção, pais, alunos; tem suas motivações, desejos e interesses; é influenciado pela mídia e pela cultura onde está inserido; possui um laço social que o orienta e dá sentido ao que faz (CARVALHO, 2010).

Contudo, a Educação Física integrada a Educação de Jovens e Adultos representa a possibilidade de acesso à cultura corporal de movimento. Essa possibilidade de informações é método de promover saúde e utilizar criativamente o tempo de lazer e de expressão corporal em diversos contextos de convivência. Sendo assim, Carvalho (2011) afirma que o acesso à cultura corporal de movimento, por meio da Educação Física na escola, deve se constituir um instrumento de inserção social de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida, desta forma é clara a importância da disciplina Educação Física no âmbito escolar.

2.1 Proposta do MEC para a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.

A presente proposta diz que é caráter da Educação Física formar o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, baseando-se de instrumentos em benefício do exercício crítico da cidadania e de uma melhor qualidade de vida. Para tanto, a Educação Física deve localizar em cada uma dessas práticas seus benefícios humanos e suas possibilidades na organização da disciplina no âmbito escolar. Devido a isso, segundo tal proposta, o professor deve problematizar, interpretar, relacionar e compreender junto com os alunos as amplas manifestações de sua área de ensino, de tal forma que eles compreendam o significado das práticas corporais abrangentes da área da Educação Física (MEC, 2013).

Assim, a escola e o docente de Educação Física podem colaborar na medida em que demonstram para seus alunos os benefícios da prática de atividade física e constroem métodos de ensino que favoreçam a experimentação de atividades prazerosas, para que deste modo os alunos desejem continuar a prática também fora do âmbito escolar. Devido a isso, espera-se que os alunos da Educação de Jovens e Adultos sejam capazes de assumir uma postura na prática das atividades físicas e estejam conscientes da sua importância para suas vidas (MEC, 2013).

Contudo, na visão deste documento a criação de uma proposta de Educação Física para Educação de Jovens e Adultos constitui-se em uma clara necessidade e em um desafio histórico. Assim, é necessário um esforço significativo de todos os profissionais envolvidos com a educação de jovens e adultos para que estes criem as condições de valorização desse universo, de modo que se tenha mais uma diversificação de seus conteúdos e adaptação a este público, além de ser regida pela obrigatoriedade legal (MEC, 2013).

O desenvolvimento de uma proposta de Educação Física para Educação de Jovens e Adultos constitui-se, simultaneamente, numa necessidade e num desafio. É preciso reconhecer que chegou o momento de olhar para esse segmento da sociedade brasileira e buscar novas formas de viabilizar o seu acesso a esse saber. Trata-se de ajustar a proposta de ensino aos interesses e possibilidades dos alunos de EJA, a partir de abordagens que contemplem a diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino e aprendizagem que compõem a Educação Física escolar na atualidade (LAGING, 1986).

Todavia, é um desafio perceber e analisar as individualidades de caráter metodológico da EJA, embora já se tenha um percurso na Educação Física de jovens e adultos, muitos caminhos ainda estão por ser percorridos e alguns por serem descobertos. Nesta perspectiva, atrair o convívio do aluno por meio das linguagens da Arte e da Educação Física resulta em um aumento do interesse por parte do aluno, que nem sempre procura na escola de imediato a fim de obter o acesso para tal prática. Segundo tal documento os alunos da Educação de Jovens e Adultos já trazem consigo uma carga de representação que integram a história pessoal de cada aluno. Desta forma é de suma importância incluir no ensino da EJA a possibilidade de resgatar as memórias construídas a partir das diferentes práticas do passado. Portanto, isso significa valorizar e respeitar a história pessoal de cada aluno, reconstruindo e continuando a construir seus significados sobre a cultura corporal de movimento. Logo, tudo que os alunos trazem consigo em suas memórias deve constar como ponto de partida do planejamento docente e direção da escola. Isso ressalta a necessidade de investigar juntamente com os alunos como foram as suas experiências anteriores com a prática desta disciplina, a fim de haver maior clareza de suas vivências e dar um norte para que o professor comece a planejar seu trabalho. Nessa mesma perspectiva, outro ponto importante a ser considerado é o trabalho com a cultura local, buscando localizar a origem de suas práticas, suas transformações e diferenciais com relação outras regiões (MEC, 2013).

Para tanto, esta proposta visa quatro aspectos ou princípios fundamentais em torno da prática da Educação Física no âmbito escolar: o princípio da inclusão, o da diversidade, as categorias de conteúdos e os temas transversais (MEC, 2013).

Ao propor o princípio da inclusão, a intenção é visar uma Educação Física escolar com capacidade para superar a exclusão e a seleção. Mesmo quando alertados para tal fato, muitos professores, em virtude da sua tradição de determinadas atividades excludentes, possuem dificuldades em refletir e modificá-las. Para o segundo princípio, o da diversidade, a proposta diz que a escolha dos conteúdos e seus objetivos a serem alcançados deverá se basear

pela diversidade presente nas vivências dos diferentes grupos que chegam à escola (MEC, 2013).

Assim, esse movimento ocorre a cada novo período e pode ser associado às possibilidades de relacionamento com outras áreas do conhecimento, dentro dos projetos de trabalho ou mesmo dos conteúdos segmentados e predeterminados no planejamento do docente (LAGING, 1986).

Para o terceiro princípio deve considerar o fato de que muitos conteúdos se relacionam, desta forma, objetivos podem ser atingidos por muitas vias do conhecimento, principalmente quando o foco é ampliado para se obter o desenvolvimento de competências e habilidades. Assim, a abordagem dos conteúdos da escola segue diferentes naturezas dos conteúdos como as procedimentais, conceituais e atitudinais. Para tanto, a dimensão procedimental não se restringe somente ao universo de habilidades motoras, capacidades físicas ou fundamentos dos esportes, esta deve incluir também organização, sistematização de informações e aperfeiçoamento destas (MEC, 2013).

Ao que se refere aos conteúdos conceituais de regras, táticas e alguns dados da historicidade de modalidades juntam-se a estas reflexões pertinentes aos conceitos de ética, estética, desempenho, satisfação, eficiência entre outros (MEC, 2013).

E por fim os conteúdos de natureza atitudinal que são os objetos de ensino e aprendizagem e que é proposto como vivências concretas pelo aluno, o que conduz a construção de uma postura de responsabilidade perante si e mediante ao outro. Portanto, na Educação Física escolar a preocupação do docente centralizava-se no desenvolvimento de conteúdos procedimentais, por conta de sua trajetória histórica. No entanto, Lagind (1986) relata que é preciso superar essa perspectiva envolvendo as dimensões atitudinal e conceitual.

Neste sentido, o papel da Educação Física ultrapassa o ensino de esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas e expressivas e o conhecimento sobre o próprio corpo, em seus fundamentos, técnicas e organização (dimensão procedimental), e inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual) (MEC, 2013).

Esta proposta visa também promover a integração e de todos os alunos nas práticas corporais, apreciar e desfrutar dos benefícios trazidos pela cultura corporal, perceber e compreender o papel do esporte na sociedade, usufruir do lazer visando o prazer para a saúde e para a qualidade de vida, valorizar por o corpo a formação de hábitos de cuidado pessoal e ainda compreender e ser capaz de analisar criticamente valores da sociedade atual (MEC, 2013).

Considerando as individualidades do público da EJA é importante que a organização do currículo de Educação Física seja regida por princípios mais próximos da realidade e das necessidades destes alunos. Assim, os conteúdos devem estar relacionados ao projeto educativo de cada escola e à individualidade de cada grupo. Desta forma, a característica do trabalho deve contemplar os vários níveis de competência a fim de que todos os alunos sejam incluídos e as suas diferenças individuais resultem em oportunidades de troca e enriquecimento de conhecimento (MEC, 2013).

Para tanto esta proposta ainda divide-se em três blocos de conteúdos: conhecimentos sobre o corpo; esportes, jogos, lutas e ginástica e ainda atividade rítmicas e expressivas (MEC, 2013).

O bloco de conhecimentos sobre o corpo refere-se aos conhecimentos e conquistas individuais que derivam as práticas expressas nos outros dois blocos e que requer recursos para o aluno gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. Neste bloco, estão inseridos os conteúdos que se inter-relacionam com as áreas de anatomia, fisiologia, bioquímica e biomecânica. Assim, o aluno será capaz de estimulado por suas sensações, analisar e compreender as alterações que ocorrem em si mesmo durante e depois da prática de atividade físicas (MEC, 2013).

Para o segundo bloco não é de intenção definir cada uma das práticas, mas sim transformá-las em um instrumento palpável ao professor e à escola a fim de sistematizar os conteúdos da forma mais abrangente, diversificada e articulada possível (MEC, 2013).

Contudo, para o terceiro bloco a proposta se refere a relevância de sublinhar que todas as práticas abordadas possuem expressividade e ritmo.

Assim, este bloco inclui as manifestações da cultura corporal que têm como característica comum à intenção explícita de buscar formas de se expressar como corpo. Para tanto nessas atividades rítmicas e expressivas, encontram-se mais subsídios para enriquecer o processo de formação das expressões corporais de comunicação dos do aluno e do grupo (MEC, 2013).

Finalizando, a proposta diz que cabe à disciplina de Educação Física rever de forma científica a importância de tais questões, a fim de tratá-las pedagogicamente atendendo todas as especificidades seja do aluno ou do grupo em questão (MEC, 2013).

2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais, Educação Física e ensino noturno.

Esta proposta tem por objetivo auxiliar o docente no decorrer de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de levar até os alunos o domínio dos conhecimentos de que precisam para crescerem como cidadãos e poder desempenhar plenamente seu papel perante a sociedade, ou seja, o objetivo do Ministério da Educação ao consolidar os Parâmetros Curriculares Nacionais, é estipular metas de qualidade que auxiliem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecendo seus direitos e deveres. Tal documento traz uma orientação para a disciplina de Educação Física procurando democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, tentando efetuar uma ampliação do trabalho não somente da parte biológica, mas também incorporando as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos discentes. Desta foram tal incorporação deve ser feita de forma organizada, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física dentro do âmbito escola (PCN, 1998).

A primeira parte do documento descreve a trajetória da histórica da disciplina e as tendências pedagógicas, assim, desenvolvendo a concepção que se tem da área, situando-a como produção cultural, apontando, assim, suas contribuições para a formação da cidadania, discutindo a natureza e as

individualidades do processo de ensino e expando os objetivos gerais (PCN, 1998).

A segunda parte trata sobre o trabalho do professor, citando os objetivos, os conteúdos e os critérios de avaliação. Aqui são organizados os conteúdos, estes divididos e inter-relacionados e apresentados como possíveis estratégias da ação do docente e não como atividades isoladas. O documento se refere também aos aspectos didáticos gerais e específicos da prática pedagógica em Educação Física que podem ajudar o docente nas questões cotidianas da prática escolar, servindo assim, como subsidio de ponto de partida para discussões (PCN, 1998).

Segundo o PCN (1998) para os cursos noturnos a seleção dos conteúdos e a distribuição das atividades desenvolvidas devem receber uma atenção especial. Assim, é preciso que haja em relação aos cursos noturnos um esforço para motivar a transmissão dos conteúdos relevantes.

Para a Educação Física no que diz respeito ao seu papel social, cabe à disciplina:

Promover a integração e a inserção no grupo; representar uma via de acesso, de valorização e de apreciação da cultura corporal; apontar a relação entre a cultura corporal e o exercício da cidadania; validar e instrumentalizar o lazer, resgatando o prazer enquanto aspecto fundamental para a Saúde e melhoria da qualidade de vida; promover, por meio do conhecimento sobre o corpo, a formação de hábitos de autocuidado e criar condições para que os conhecimentos construídos possibilitem uma análise crítica dos valores sociais, como os padrões de beleza, as relações de gênero e preconceitos (MEC, 2002).

Os PCNs afirmam que a não valorização da Educação Física nos cursos noturnos representa significativamente a exclusão de cidadãos dos seus direitos de acesso à cultura. Assim, faz-se necessária na construção do conhecimento uma acentuada participação do aluno. Este documento determina que basicamente os procedimentos do processo de ensino aprendizagem utilizados nos cursos dos demais períodos do dia serão os mesmos do curso do ensino noturno, possibilitando, assim, as adaptações ao tempo das aulas e às

características dos grupos em questão. Logo, o fato dos alunos dos cursos do ensino noturno serem em sua maioria trabalhadores e/ou com o nível de idade mais elevada que os dos cursos diurnos, caracterizará um padrão próprio de abordagem, que não deve significar diferencial quanto a qualidade do ensino e aprendizagem oferecidas, nem tão pouco aplicando formas excludentes a esses grupos. Desta forma, o tratamento dos conteúdos deve-se adequar às inúmeras regiões do país de acordo com escolas e comunidades com características específicas (PCN, 1998).

Nesta perspectiva se faz necessário o esforço de todos os profissionais envolvidos com os cursos noturnos a fim de que possam ser criadas condições de valorização desse universo de conhecimento. Para tanto, “que de modo se possa ter mais um núcleo de difusão dessa cultura, que, antes de ser regida pela obrigatoriedade legal, tem seu valor na construção da cidadania” (MEC, 2002).

2.3 Proposta do Estado de Minas Gerais para a Educação Física: Conteúdos Básicos Comuns.

De acordo com o CBC (2006) os conteúdos a serem abordados na escola não se esgotam, porém expressam as funções fundamentais necessárias para a disciplina de Educação Física, funções estas que tendem a ficarem presentes no processo de ensino-aprendizagem de cada aluno. Para tanto, neste documento contém as indicações, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas pelo docente (CBC, 2006).

Tal proposta vem se justificar a tomar tais conteúdos como base para a elaboração da avaliação anual do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), para o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e para o estabelecimento de um plano de metas para cada instituição da rede de ensino de Minas Gerais a fim de homogeneizar o sistema de ensino do estado (CBC, 2006).

Assim, com a finalidade de assegurar o sucesso do CBC nas escolas, foi desenvolvido um sistema na qual ofereceu um apoio ao docente. Neste se incluiu cursos de capacitação e o Centro de Referência Virtual do Professor (CRV), o qual poderia ser acessado através da internet pelo site da Secretaria de Educação. Nesse Centro de Referência Virtual do Professor é possível encontrar desde a versão mais atualizada de qualquer disciplina dos CBCs e orientações didáticas até vídeos educacionais. Por meio do CRV, os professores de todas as escolas do estado de Minas Gerais têm a possibilidade de ter acesso a recursos didáticos de qualidade para a organização do seu trabalho docente, o que possibilita homogeneizar o sistema de ensino do estado (CBC, 2006).

No CBC (2006) os conteúdos para o ensino da Educação Física que estruturam e identificam essa área de conhecimento como componente curricular é organizado em eixos temáticos: esporte, jogos e brincadeiras, ginástica, dança e movimentos expressivos. Porém, cada um desses eixos é constituído por uma rede de conhecimentos, os temas, os quais se desdobram em subtemas. Cada subtema é entendido como a menor unidade de ensino a ser trabalhada no meio pedagógico, tendo em vista as competências e as habilidades que se deseja desenvolver.

A seguir segue-se uma breve compreensão sobre cada eixo temático proposto por este documento.

O primeiro eixo abordado pelo CBC é o esporte. Assim, segundo Nahas (2003) ao assumir o esporte como uma prática educativa, considera-se que algumas ações metodológicas das aulas necessitam ser problematizadas, objetivando dar um novo significado a elas. Desta forma pode-se observar que todos os valores, presentes no esporte moderno e na sociedade, estão também presentes nessa prática no âmbito escolar.

Para tanto, o CBC (2006) propõe que o esporte seja entendido como uma prática educativa escolar, necessitando ser situado historicamente, socialmente e vivenciado criticamente a partir da compreensão de seus fundamentos e da ressignificação de seus sentidos, como mencionando no parágrafo anterior. No entanto, se faz a necessário conhecer os benefícios e também os riscos das

diferentes práticas esportivas, bem como analisar os valores que as orientam. Assim, também fica clara a importância da discussão do esporte, feita pela escola, como um direito garantido pela Constituição Brasileira.

De acordo com a proposta, além de outros saberes, é imprescindível conhecer e/ou aprender os fundamentos do esporte: passar, lançar, arremessar, driblar, fintar, receber. A vivência e o domínio desses fundamentos irão contribuir para que os alunos participem dos jogos com mais confiança em si mesmos e com maior motivação. Nesta perspectiva, na execução desses fundamentos, deve-se levar em consideração o fato de que existem maneiras diferenciadas de fazê-lo, dependendo do objetivo que se quer alcançar. A competição exige técnica apurada, ou seja, quanto mais eficiente o gesto, mais eficaz ele será. Assim, o jogo lúdico não tem essa mesma exigência, pois o processo é mais significativo do que o próprio resultado. O importante é que os alunos possam jogar com prazer e criatividade (CBC, 2006).

O segundo eixo da proposta é o de jogos e brincadeiras. Nesta perspectiva, brincar é um ato próprio do ser humano, "um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente"(FERREIRA, 1992).

Para Nahas (2003) os jogos e as brincadeiras são ações da cultura que sua intencionalidade e curiosidade resultam em um processo lúdico e criativo, possibilitando a construção de diferentes modos de lidar com o tempo, lugar e materiais, ou seja, o imaginário. Desta forma, a natureza dos jogos e das brincadeiras não é discriminatória e traz possibilidades de lidar com os limites como desafios, e não como barreiras. Além disso, os jogos e as brincadeiras possibilitam o uso de diferentes linguagens verbais e não verbais, o uso do corpo de formas diferentes e conscientes.

No eixo que fala sobre a ginástica diz que ela não é uma tarefa simples, pois o termo é amplo e se encarrega de um grande acervo de práticas corporais, que compreende desde as atividades físicas, praticadas informalmente, sem sistematização, até os exercícios físicos, praticados regularmente e de forma sistemática. Neste âmbito estão incluídas também as formas mais complexas,

ou seja, de forma esportiva, como a Ginástica Artística, Rítmica e Aeróbica (CBC, 2006).

Para tanto, o estudo e a vivência da Ginástica envolvem o conhecimento sobre as diversas formas de exercitar e conhecer o próprio corpo. Devido a isso, consideramos a ginástica uma prática cultural, patrimônio da humanidade, legítima de ser problematizada e vivenciada nas aulas de Educação Física. Corroborando com esta afirmação, Kunz (2002) relata que:

É proposta da Educação Física escolar contribuir para que o aluno conheça, experimente e discuta, criticamente, as implicações fisiológicas, históricas e culturais dessas práticas, para que possa agir autonomamente em relação às suas vivências corporais. Nesse sentido, é importante que o ensino da ginástica permita: a liberdade de agir e descobrir formas de movimento individualmente significativas; conhecer e interpretar o contexto objetivo em que se realizam as atividades e participar nas decisões e soluções apresentadas.

Como ultimo eixo temático o CBC refere-se à dança e movimentos expressivos. Neste eixo se enquadram as pantomimas e a dramatização a fim de trabalhar com movimentos expressivos. Desta forma, não se pode esquecer de que não existe movimento sem expressão.

Nada impede que o professor trabalhe com essa ideia também nos outros eixos. Comunicar utilizando unicamente o corpo leva o aluno a buscar recursos para se fazer entender. Nesse ponto, constatamos que ninguém se expressa da mesma forma. Cada um tem uma identidade expressiva, e isso se evidencia quando um mesmo tema, por exemplo, “o medo”, é encenado de inúmeras formas por um grupo de alunos (CBC, 2006).

Nesta perspectiva como forma de expressar a vida, sonhar e brincar com o corpo, a dança é uma manifestação da cultura de movimento e pode também promover o desenvolvimento orgânico, social e cultural. Dançando, o corpo desenha formas, conta histórias, denuncia e anuncia, constrói significados, penetra no tempo e no espaço, criando e expandindo-se neles e com eles. A dança instiga a percepção dos corpos uns dos outros, o diálogo, a vivência de diferentes ritmos, melodias e harmonias, enfim, ensina a sentir, a pensar, a agir e a comunicar-se. Isso permite àquele que dança uma aproximação com a sensibilidade, com o belo e a própria vida (CBC, 2006).

Contudo, o presente documento objetiva estabelecer aquisições sobre conhecimentos e competências a serem adquiridas pelos alunos do ensino fundamental e médio, obtendo determinadas metas a serem alcançadas pelo docente a cada término do ano letivo. Isto traz uma condição indispensável para o sucesso de todo sistema ensino-aprendizagem de qualidade oferecido a população. E por fim, os conteúdos básicos comuns (CBC) possuem uma importante meta no sentido de tornar a rede regular estadual de ensino de Minas em uma rede com um alto índice no seu desempenho educacional (CBC, 2006).

2.4 Proposta Municipal Curricular para Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.

A Proposta Curricular desenvolvida para auxiliar os professores de Educação Física de Muzambinho-MG se destina ao Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta foi desenvolvida a partir da construção coletiva dos professores atuantes na Educação Física escolar da cidade e a Diretoria Regional de Ensino com a intenção de nortear a atuação e a importância da Educação Física no processo educacional nas instituições escolares da cidade. As atividades propostas por este documento representam um referencial planejado metodologicamente e aplicados de forma independente, ou seja, cada professor tem a liberdade de construir seu próprio percurso de acordo com a realidade e situação da escola a que pertence, a fim de atingir um objetivo comum que é proporcionar aos alunos o acesso aos conhecimentos da cultura corporal de movimento, ou seja, o conteúdo de jogos, ginástica, dança, lutas e esporte que são abrangidos e relacionados à Atividade Física e Saúde (Muzambinho, 2007).

No ano de 1997, com a efetuação dos Parâmetros Curriculares Nacionais tem-se a possibilidade de elaboração de uma proposta pedagógica integrada à proposta pedagógica da escola, tendo por finalidade ampliar o conhecimento do aluno justificando a importância da prática da Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica e EJA (PCN, 1997).

De acordo com o documento de proposta curricular do município a Educação de Jovens e Adultos tem por seu objetivo promover uma nova estrutura nas suas matrizes pedagógicas a fim de possibilitar uma atualização e um melhor atendimento às necessidades educacionais deste público. Para tanto, o desenvolvimento de uma proposta pedagógica para o município constitui-se tanto em uma necessidade quanto em um desafio. No que se refere à necessidade, a Lei 10.793/03 institui a obrigatoriedade da educação física em toda a Educação Básica, e vem a ganhar corpo através da Resolução 160/05 do Conselho Estadual de Educação, que normatiza a Educação Física na modalidade presencial na educação de jovens e adultos. Assim, utilizou-se como um referencial norteador para a elaboração deste documento a proposta elaborada pelo MEC em 2002. Com base na proposta do MEC, se fez necessário à construção de uma matriz curricular para a Educação Física na EJA, com objetivo de atender as necessidades legais e coletar informações relevantes sobre esta população que seria utilizada futuramente para a reconstrução dinâmica de uma proposta cada vez mais apropriada para tal população estudantil (MUZAMBINHO, 2007).

Esta proposta curricular elaborada pelo Município ainda complementa a relevância da inclusão da Educação Física como componente curricular obrigatória na escola. A inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos representa o direito do cidadão de construir e usufruir deste instrumento de promoção da saúde, e poder utilizar seu tempo livre de forma criativa. Cabe a Educação Física formar o cidadão que vai produzir, reproduzir e transformar, os conteúdos referentes à cultura corporal (dança, jogos, esportes, lutas e ginásticas), de forma crítica para a melhoria da qualidade de vida. A escola de maneira geral e a Educação Física em particular podem colaborar, na medida em que mostram para os alunos os benefícios da prática regular de atividade física e constroem metodologias de ensino que propiciam a experimentação de atividades prazerosas, de tal modo que eles desejem continuá-las também fora da escola. Desta forma, para elaboração da proposta de ensino da Educação Física do município para a Educação de Jovens e Adultos, foram utilizadas as abordagens pedagógicas que contemplam uma diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino aprendizagem que compõe a Educação Física

escolar na atualidade.

Diante da individualidade que se encontra no aluno que é assistido pela EJA e, a partir de uma construção coletiva com representantes da Diretoria Regional de Ensino, foi definido como eixo norteador à Educação Física relacionada à Saúde e Qualidade de Vida, mediante tal definição, foi construída a seguinte proposta de conteúdos através de quatro etapas.

A primeira etapa tem por principal objetivo e tema a ginástica, tendo por tópicos norteadores alguns subtemas como: a importância da educação física, apontamentos históricos da educação física, o movimento humano, atividade física nos dias atuais, classificação da ginástica informal (aeróbica, localizada, etc); capacidades físicas (resistência cardiorrespiratória, força/RML e flexibilidade), desvios posturais, indicadores de obesidade (índice de massa corporal – IMC, relação cintura/quadril, etc) e frequência cardíaca.

A segunda etapa deu enfoque aos Jogos e Lutas, abordando os seguintes subtemas: conceitos e classificação, Jogo e esporte, conceito de lazer, o jogo e a luta enquanto atividade física e de lazer, a origem da capoeira, capoeira e dança e movimentos básicos da capoeira.

Já na terceira etapa foi proposto o tema Dança dentro desta os conteúdos de: a origem da dança, dança enquanto atividade física e de lazer, danças folclóricas , e danças regionais.

E por fim a quarta etapa que teve por tema o esporte e por seus conteúdos a serem trabalhados os subtemas: esporte x Saúde x Lazer; classificação; histórico, fundamentos e regras básicas; atletismo; handebol; voleibol; basquetebol e futebol/futsal. Porém, devido à capacidade crítica e reflexiva melhor construída pelo ensino médio se fez necessário a construção de um contexto com maior similaridade com o cotidiano destes.

Assim sendo, dividido estes em quatro unidades: a primeira unidade contendo os conteúdos de conceito de saúde, qualidade de vida, estilo de vida: atividade física, estresse, hábitos alimentares, tabagismo, álcool e outras drogas, a importância da atividade física nos dias atuais, o corpo ideal e a avaliação física – Aptidão Física Relacionada à Saúde (composição corporal, resistência

cardiorrespiratória, força/RML e flexibilidade); a segunda unidade contendo doenças crônicas não transmissíveis, desvios posturais e programas de atividade física – tipo, intensidade, duração e frequência; na terceira unidade foram contemplados os conteúdos de atividades de academia: classificação das atividades e tipos de atividades, lutas: violência ou defesa pessoal, a influência da mídia na dança e a influência da mídia no esporte; e por fim a quarta unidade contemplando esporte x saúde (doping e anabolizantes), esporte x violência, lazer – conceito e ambientes de lazer e políticas públicas no esporte, dança, lutas, jogos e ginástica (MUZAMBINHO, 2007).

Contudo, aqui a cultura corporal é entendida como produto da sociedade e como processo dinâmico que constitui e transforma. Nesta perspectiva, identificou-se como relevante elencar tal diretriz curricular denominada: Atividade Física Relacionada à Saúde e à Qualidade de Vida. Isto se justificou ao analisar o cotidiano da sociedade, aonde inúmeras pessoas vêm substituindo a atividade física pelo cômodo do sedentarismo trazendo como consequências a diminuição do trabalho corporal, o aparecimento de doenças crônicas e uma má qualidade de vida (MUZAMBINHO, 2007).

CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA - PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

3.1 Cenário da EJA no Município

A Educação de Jovens e Adultos acontece no Município Muzambinho na Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida localizada no centro da cidade. A escolha da referente escola para o estudo se deu pelo fato de ser a única escola da rede regular de ensino no município a ofertar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Outro fator também importante para a escolha desta escola foi contemplar na sua matriz curricular a disciplina Educação Física. Para tanto, foi feita uma pesquisa a fim efetuar a caracterização do público alvo da Educação de Jovens e Adultos da escola, obtendo dados tais como o número de alunos, a média de idade e números a respeito dos pedidos de dispensa da disciplina de Educação Física na escola.

Desta forma, a pesquisa efetuada mostrou que a escola possui um número total de 148 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos. Assim, estes alunos se dividem em três turmas, onde uma corresponde o ensino fundamental com um número de 45 alunos, outra com um número de 50 alunos, sendo o primeiro ano do ensino médio e por fim a terceira e maior turma com 53 alunos, contemplando o segundo ano do ensino médio. Com bases nesses dados tem-se em média 49 alunos por turma.

Segundo os dados obtidos a respeito da idade, os alunos da EJA fundamental possuem uma média de 25 anos com um desvio padrão de 7 anos, compreendendo nessa turma a idade máxima de 47 anos e a idade mínima de 17 anos. Já a média obtida nos alunos do primeiro ano do ensino médio foi de 26 anos com um desvio padrão de 7 anos, contendo idade máxima de 49 anos e idade mínima de 18 anos. E por fim, os dados referentes a idade dos alunos do segundo ano do ensino médio foi maior, resultando em uma média de 28 anos com um desvio padrão de 8 anos, contendo idade máxima de 53 anos e idade mínima de 18 anos. Contudo, obteve-se uma média total de idade de 26 anos dos alunos da EJA.

Por seguinte, ao se referir aos pedidos de dispensa da disciplina de Educação Física, a pesquisa obteve a média de 25 alunos da EJA Fundamental dispensados das aulas. Já no Primeiro EJA Médio esse número foi de 22 alunos. E por fim no Segundo EJA Médio essa média de pedidos de dispensa foi maior, tendo um resultante de 30 alunos dispensados. Para tanto, obteve-se um total de 77 alunos dispensados das aulas de Educação Física com uma média de 26 alunos dispensados por turma.

Ao se referir aos motivos de dispensas da disciplina de Educação Física da EJA foi feito um levantamento de cada motivo, apresentando um resultado de 40 alunos dispensados por motivo de trabalho, 22 alunos por motivo de possuir prole e por fim um número de 15 alunos por possuir idade igual ou acima de 30 anos.

Segundo os dados citados acima a EJA Fundamental possui um número de 12 alunos dispensados das aulas de Educação Física por motivo de trabalho. No Primeiro EJA Médio tal número é de 11 alunos. E por fim, no Segundo EJA Médio esse número é ainda maior, sendo 17 alunos dispensados. Já ao analisar o número de alunos de cada turma dispensados por possuir prole obteve-se o total de 6 alunos da EJA Fundamental, 7 alunos no Primeiro EJA Médio e conseqüentemente um número de 9 alunos no Segundo EJA Médio. Por fim, ao verificar o número de dispensas das aulas de Educação Física por motivo de idade a pesquisa aponta um número de 7 alunos no EJA Fundamental, já no Primeiro e Segundo EJA Médio esse número de alunos dispensados é igual, sendo 4 alunos dispensados em cada turma.

3.2 A pesquisa aplicada

A fim de responder aos objetivos estabelecidos para este estudo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 42 alunos da EJA, 1 docente da área de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos e ainda a diretora da Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida da cidade de Muzambinho-MG. Os dados coletados foram organizados conforme as questões da entrevista

aplicada primeiramente aos alunos da EJA, seguindo, a professora da área de Educação Física da EJA e por fim a diretora designada na devida instituição de ensino.

3.2.1 Os alunos da Educação de Jovens e Adultos

Questionados sobre a visão a respeito da Educação Física na EJA, os alunos apresentaram nos contextos das respostas aspectos como o desgaste físico promovido pelas aulas de Educação Física.

Nesta perspectiva, segundo Carvalho (2001) os alunos do curso noturno se tratam, na grande maioria, de alunos que trabalham durante o dia todo e depois a noite são dispostos a terem aulas fisicamente desgastantes para um indivíduo que já havia trabalhando durante boa parte do dia.

Desta forma, um grande número de alunos entrevistados criticou o modo de aplicação das aulas de Educação Física para a EJA, por estas possuírem um caráter cansativo e pouco propício para atender especificidades desse grupo.

Outro aspecto encontrado nas respostas dadas pelos alunos foi uma ideia de preconceito vivenciado por esses, onde disseram que se sentem de certa forma humilhados pelo fato da idade não se adequar a seu nível de ensino atual.

“a gente é tratado bem diferente, até com preconceito em relação aos outros alunos da idade certa” (ALUNO 1).

De acordo com Ferrari (2001) a escola deve levar em conta as necessidades do aluno, sejam estas de ordem motora, cognitiva, afetiva ou até mesmo social. Para tanto, segundo este autor, constata-se que, na visão dos jovens, as mudanças principais dizem respeito à diversidade de interações propiciada pelo convívio escolar e a sensação de constrangimento pela idade imprópria pelo nível de ensino situado.

Desta forma o aluno da EJA ao frequentar a escola percebe-se com um sentimento de medo, de vergonha e de exclusão, buscando a superação do estigma de fracasso escolar. Assim, a escola deve refletir a respeito desde aspecto e criar em seu âmbito um ambiente agradável, onde não provoque tais sensações negativas aos alunos que, desta forma, prejudicam seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesta mesma pergunta os alunos deixaram bastante explícito sua visão de igualdade a respeito da disciplina de Educação Física em comparação com as demais disciplinas.

Nesta visão, Pinto (2003) relata que no Brasil segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, artigo 26, 3º, a Educação Física possui a mesma igualdade de privilégios e deveres que as demais disciplinas que compõem a matriz curricular da escola. Portanto constata-se a igualdade da Educação Física para com as demais disciplinas compostas no âmbito escolar, possuindo perante a Lei a mesma obrigatoriedade da educação básica que as demais.

Por fim, nesta indagação constatou-se ainda nos alunos a visão de que a prática da Educação Física na escola apresenta um caráter de lazer. Nesta perspectiva Aranha (2003) diz que os alunos não devem acreditar que as aulas de Educação Física são apenas momentos de lazer ou recreação, mas que é uma aula como as outras, cheia de conhecimentos que poderão trazer muitos benefícios se inseridos no cotidiano destes.

Para tanto, o universo abrangente da Educação Física não se limita apenas no lazer ou recreação, mas vai muito além desse estigma, trabalhando nas aulas tanto a saúde física quanto à saúde mental. Desta forma, a Educação Física visa também auxiliar o aluno na convivência de grupo, trabalhos em equipe, aprendendo com as vitórias assim como com as perdas, conhecer o seu corpo e controlar suas emoções.

Ao questionar os alunos a respeito do seu conhecimento sobre a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física na escola, percebe-se que não ficou claro se estes já possuíam o conhecimento a respeito da obrigatoriedade da disciplina através da Lei. Alguns alunos relataram já possuir este

conhecimento, porém é importante ressaltar que esta fala só se deu após esta pesquisadora ter informado sobre a legalidade no contexto da pergunta durante a entrevista.

Assim, para Baqueiro e Fisher (2004) a Educação Física foi legalizada como componente curricular obrigatório na educação básica em 1996 quando houve uma modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir da respectiva data a Educação Física passou a ser obrigatória nos níveis e modalidades de ensino, entretanto esta Lei abre algumas exceções a estudantes dos cursos noturnos que se enquadram nos requisitos propostos por esta.

Desta forma os alunos que já tinham o conhecimento da obrigatoriedade da disciplina de Educação Física adquiriram tal conhecimento fora da escola, pois, estes relataram durante a entrevista que não foi transmitido pela gestão da escola nenhum tipo de informação a respeito da disciplina, apenas que alguns alunos que se enquadrassem em alguns requisitos poderiam optar pela dispensa da disciplina.

Já por outro lado houve alunos que relataram não ter conhecimento a respeito desta obrigatoriedade, pois na visão destes a disciplina era facultativa e não era obrigatória a sua presença na matriz curricular da escola.

Segundo Bracht (2005) devido à falta de informações a serem transmitidas para os alunos nas escolas, estes se posicionam inaptos a discussões que cercam seus próprios deveres e direitos, sendo privado desta forma, de obter um senso crítico de seu próprio contexto escolar.

A escola através de atos diretos ou indiretos, sem transmitir as informações necessárias aos alunos, prejudica a compreensão destes. Para tanto, houve na escola alunos que associaram os pedidos de dispensa da disciplina de Educação Física à sua não obrigatoriedade. Nesta perspectiva, o presente estudo constatou a necessidade e a importância da transmissão correta de informações para os alunos que dizem respeito ao seu universo escolar.

Por seguinte, os alunos foram indagados a respeito do grau de importância das aulas de Educação Física para a formação destes. Assim, uma

parte dos alunos relatou a sensação de bem estar físico e mental decorrentes das aulas de Educação Física e conseqüentemente a adesão de mais qualidade de vida para seu dia-a-dia.

Nesta mesma perspectiva, Oliveira (1991) diz que a Educação Física está estruturada em componentes que contribuem para a saúde e qualidade de vida, no entanto a prática promove não só o desenvolvimento de habilidades físicas, mas também de habilidades cognitivas, afetivas, e sociais que por fim refletem em comportamentos mais conscientes e positivos em relação à saúde física, à saúde mental e a melhor qualidade de vida.

Desta forma, é visível na fala destes alunos a conscientização dos benefícios advindos da prática de atividade física e que as aulas auxiliam positivamente no cotidiano dos que as praticam.

Neste mesmo contexto outros alunos relataram como as aulas de Educação Física incentivam a prática de atividades físicas fora do contexto escolar.

“eu acho que às vezes a gente fazendo Educação Física aqui dentro da escola incentiva a gente a praticar alguma coisa lá fora depois né. Porque hoje não tem jeito mesmo tá todo mundo acomodado, então se a gente fizesse aqui ia ser bom pra incentivar lá fora também” (ALUNO 2).

De acordo com Pinto (2003) a Educação Física deve proporcionar informações e estimular os estudantes à adoção de comportamentos favoráveis para a manutenção ou aprimoramento de componentes do estilo de vida relacionados à saúde.

Desta forma, ressalta-se que a prática das aulas de Educação Física traz uma sensação benéfica para o aluno o que resulta na procura de atividade física regular fora da escola. Assim, as aulas devem buscar criar um ambiente motivante para os alunos aderirem à prática regular.

Ao questionar a respeito dos pedidos de dispensa e como eles são ofertados pela gestão da escola, a maioria dos alunos relataram que o principal fator negativo é que caso optem pela dispensa, os mesmo não podem voltar atrás caso julguem prudente.

Desta forma os alunos relataram que os pedidos de dispensa são ofertados juntamente com a matrícula do aluno, assim, eles são desprovidos de presenciar ou participar de uma aula de Educação Física posteriormente ao assinarem o pedido de dispensa.

Nesta perspectiva Pinto (2003) ressalta que qualquer atitude ou ato não pensado no meio escolar, pode ocasionar ao aluno certas exclusões de vivências, sejam estas de qualquer origem. Para tanto, tais exclusões priva o aluno do respectivo conhecimento que ele possa vir a adquirir.

Neste mesmo contexto alguns alunos relataram não haver transmissão de informações sobre a disciplina de Educação Física durante o ato da matrícula ou pedido de dispensa, resultando assim, a falta de critérios a favor da disciplina que possam vir a fazer com que o aluno não opte pelo pedido de dispensa e sim pelas aulas.

Alguns alunos se mostraram a favor dos pedidos de dispensa, argumentando a respeito do cansaço obtido com as aulas e ainda que a dispensa da disciplina beneficiasse a convivência familiar, pois ao chegarem em casa mais cedo poderiam passar mais tempo com os filhos. Já outros alunos argumentam contra esta ideia dizendo que as aulas auxiliam no bem estar físico e mental, e que a dispensa não traria grandes impactos na convivência familiar por se tratar de apenas um dia da semana a serem dispensados mais cedo.

Na visão dos alunos que participam das aulas de Educação Física, estas possuem grandes fatores que prejudicam seu andamento, tal como o grande número de alunos durante a aula, já que são as três turmas do EJA participando da aula ao mesmo tempo, resultando em um número de 71 alunos no mesmo espaço e sendo orientado por uma única professora. Segundo Krug (1996), a quantidade excessiva de alunos nas turmas é um fator que interfere indiscutivelmente na qualidade das aulas de Educação Física.

Assim, o número elevado de alunos nas turmas da EJA prejudica o bom andamento das aulas, compromete o fator de comunicação entre professor e alunos e ainda dificulta significativamente o processo de ensino aprendizagem durante aulas de Educação Física.

Outro ponto negativo que os alunos relataram durante a entrevista foi o fato das aulas de Educação Física serem separadas por gênero, desta forma, metade da aula os homens fazem a prática enquanto as mulheres permanecem sentadas e na segunda metade da aula as mulheres entram em quadra enquanto os homens ocupam a posição anterior das mulheres. É importante ressaltar que esta separação é feita somente nas aulas de Educação Física pela docente responsável pela disciplina na EJA. Para Freire (2010) dentro da sala de aula, seja qual for a disciplina em questão, os alunos assistirão às aulas juntos e nunca separados. Desta forma, dentro da sala de aula mentes não precisam ser separadas de seus corpos. Porém o que é presenciado é que corpos necessitam de serem separados na visão da escola, assim, o aluno é somente visto como corpo quando vai para a aula de Educação Física. Desta forma, é comum o fato de ao se referir à disciplina de Educação Física a primeira ideia é de apenas a parte física e conseqüentemente fica esquecida a questão de que o corpo não pode ser separado da mente. Assim, é notório que não existem fatores significativos para a separação de gêneros durante as aulas de Educação Física.

Praticamente todos os alunos destacaram o fato dos conteúdos ofertados na disciplina de Educação Física serem desmotivantes e conseqüentemente não acrescentarem novas informações para os mesmos, sendo a mesma prática oferecida geralmente em todas as aulas.

Nesse sentido Kunz (2001) procura defender uma prática pedagógica que abranja a diversidade dos conteúdos da cultura corporal previstos na Educação Física escolar, apontando, desta forma, para a necessidade de se compreender o esporte, o jogo, a dança, a ginástica e a luta, relacionando-os a inúmeros temas abordados nas aulas como recursos expressivos, para que todas as formas de manifestação humana sejam contempladas.

Para tanto, acredita-se que ao utilizar no âmbito escolar um maior número de facetas que leva o professor a um significativo acervo de expressões motoras do seu universo cultural, resulta na diversificação dos conteúdos da Educação Física e na motivação e prazer dos alunos pelas aulas.

Para uma visão dos conteúdos direcionados a Educação Física por parte dos alunos, foi perguntado a estes quais seriam os mais relevantes. Desta forma, obtiveram-se sugestões de conteúdos como atividade física e saúde, esportes poucos conhecidos e ainda palestra sobre diversos conteúdos da disciplina.

Aqui fica claro o interesse dos alunos por novos conhecimentos, estes relacionados com as necessidades individuais e específicas desse grupo, que se trata de jovens e adultos, dessa forma se faz necessária à reformulação dos conteúdos das aulas de Educação Física destinados a Educação de Jovens e Adultos no cenário pesquisado.

No que tange os fatores negativos, a falta de apoio pela gestão da escola destinada à disciplina de Educação Física foi bastante citada.

Quanto aos pontos positivos os alunos que relataram a dedicação da professora nas aulas, porém a falta de incentivo para a prática da Educação Física dentro da escola pela gestão e pela precariedade das condições de trabalho acabam resultando na desmotivação da professora para com suas aulas.

Por seguinte ao perguntar a respeito da forma de avaliação na disciplina de Educação Física, os alunos relataram que são avaliados através de participação nas aulas, pontualidade e frequência, não havendo nenhuma outra forma de avaliação destinada a estes até o respectivo momento.

“A Educação Física requer uma perspectiva baseada na pedagogia da transformação, onde a avaliação se configura como um recurso de diagnóstico que contempla o vir-a-ser do aluno-sujeito, numa ação provocadora que auxilia os alunos a construir seu próprio conhecimento, ocupando o professor um papel mediador entre os alunos e a realidade que lhes é apresentada. Professor e aluno encontram-se numa relação dialógica de agir entendendo e entender agindo” (HAYDT, 2000).

Contudo, se faz indispensável o uso do modo adequado de avaliação pelo professor, a fim de ter um feedback tanto por parte do aluno quando de refletir a respeito de seu próprio método de ensino. Assim, avaliar apenas alguns fatores superficiais não resulta em um diagnóstico efetivo por parte do professor,

fazendo nestes termos desnecessário o uso de avaliação. Para tanto, a avaliação é uma ferramenta favorável tanto para o aluno, que avalia seu processo de aprendizagem e a metodologia utilizada pelo professor, como para o professor que, desta forma, que deve ligar esta diretamente ao seu planejamento.

Tendo em vista inúmeros fatores negativos relatados pelos alunos, foi proposto então que os alunos enumerassem propostas que poderiam vir a melhorar o andamento das aulas de Educação Física. Foram mencionadas algumas propostas que apresentam soluções aos pontos negativos encontrados nas demais perguntas da entrevista tais como: as aulas de Educação Física serem mais propícias a fim de atender as necessidades deste público em questão, as turmas serem divididas para que possa ter um número mais reduzido de alunos por aula auxiliando o trabalho do professor e o processo de ensino aprendizagem e ainda, o mais mencionado pelos alunos, a diversificação de conteúdos abordando novos temas nas aulas.

Por fim os alunos relataram que se caso suas recomendações fossem seguidas, isso iria auxiliar na melhoria do andamento da aula, aumentando desta forma a motivação e o prazer dos mesmos pela disciplina.

3.2.2 A professora de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos

Ao questionar a professora de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos da escola a respeito de sua visão sobre a respectiva disciplina na EJA, a docente relatou que está longe do que se espera porém luta e tenta se adaptar nas precárias condições de trabalho que lhe são oferecidas.

A docente também fala da dificuldade que encontra para dar suas aulas já que é um número elevado de alunos da EJA nas aulas de Educação Física. Esta

ainda relata ser a favor da diversificação dos conteúdos da disciplina, tendo estes tanto a parte teórica quanto a parte prática buscando temas novos que motive os alunos e gere o interesse destes pela disciplina. Nesta perspectiva a docente diz que os conteúdos da disciplina devem se adequar a fim de atender as especificidades do público da EJA.

“Deveria trabalhar na EJA fazendo um trabalho diferenciado visando às idades, começando na parte teórico, é ter a visão do que eles precisam, porque lá tem tanto jovens quanto pessoas mais velhas. Deveria ser um trabalho diferenciado com um planejamento participativo” (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

Porém ao fim desta indagação a docente diz que o que falta para efetivar esta ideia, que seria ideal para o público da EJA, é o apoio da gestão da escola e diz ainda que o professor, principalmente o de Educação Física, permanece limitado a obedecer a ordens estabelecidas pela gestão da escola e isso acaba prejudicando todo o processo de ensino aprendizagem que poderia vir a ter na disciplina.

Por seguinte ao questionar a professora sobre a facultatividade da disciplina no ensino noturno, incluindo a EJA, ela diz que os pedidos de dispensa são altamente excludentes, privando tanto os alunos de serem incentivados a buscarem novos conhecimentos, quanto o professor da disciplina, pois provoca no profissional da Educação Física a sensação de inferioridade perante as demais disciplinas.

Porcaro (2010) ressalta que a dispensa do aluno do ensino noturno, resulta na privação deste de ter uma oportunidade de vivenciar uma prática corporal ou, desta forma, deixar de ficar inteirado do seu próprio corpo e os conceitos que o cercam.

A docente relata novamente aqui, que caso houvesse uma adequação dos conteúdos específicos para a Educação de Jovens e Adultos, tal fato isentaria a necessidade de haver pedidos de dispensa da disciplina.

Consequentemente ao falar dos pedidos de dispensa a professora reafirma que é totalmente contra. Para tanto, ressalta a falta de transmissão de informações a respeito da disciplina por parte da gestão da escola durante o ato

da matrícula, encontrada também em muitos relatos dos alunos, que desta forma dá foco mais ao porque do aluno optar pelo pedido de dispensa do que o porquê da importância da disciplina de Educação Física.

Assim como nos relatos obtidos com os alunos a docente diz que também é contra a forma com que esse pedidos de dispensa são oferecidos, pois já que são ofertados no ato da matrícula e acaba privando, assim, o aluno das vivências que cercam a disciplina de Educação Física. A docente lamenta ainda o decorrente fato, já que a diretora da escola se trata de uma profissional da área de Educação Física e era de se supor que oferecesse um maior incentivo para a disciplina, o que não ocorre na instituição.

“A coordenação foca mais no porque dos pedidos e esquece de focar a importância da prática das aulas de Educação Física. A forma de ofertar estes pedidos também é errada, pois o aluno não tem uma vivência da aula antes de decidir se faz ou não o pedido de dispensa daí ele é privado de praticar e gostar e poder optar por fazer ao invés de ser dispensado” (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

Quando se fala de apoio, nos parece claro a falta deste pela gestão escolar, porém a luta pelo reconhecimento da disciplina não se faz somente pela gestão, mas também pela professora e pelos alunos, assim gerariam mais demanda para gerar mais mudanças positivas. A professora relata que a gestão poderia ser mais aberta a novas propostas, apoiando mais os professores e até mesmo acreditar mais no interesse dos alunos.

A professora quando questionada sobre a importância da disciplina de Educação Física para a formação dos alunos relata que, a disciplina é de suma importância para os alunos, pois através delas eles desenvolvem não somente o corpo, mas também o seu lado humano, os seus princípios, a ética, a moral e a socialização. Além disso, ressalta, assim como os alunos, o fato da importância da disciplina para a saúde em vários contextos.

Para tanto, o aluno que faz parte da disciplina de Educação Física certamente irá optar pela prática de atividade física fora do âmbito escolar.

Quando a professora foi arguida a respeito da participação dos alunos em suas aulas, esta relatou que poderia haver uma maior participação dos alunos se não fosse a privação de estratégias para mostrar conteúdos e formas didáticas novas por parte da gestão e disse ainda que são vetadas várias propostas didáticas levadas até a gestão da escola.

“poderia ter uma maior participação nas aulas se me permitissem a criação e elaboração de aulas mais diversificadas. No entanto sou muito privada nesse ponto” (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

Por seguinte ao perguntar a docente qual a sua opinião a respeito das propostas existentes para a EJA ela relata que o a proposta adotada pela escola é o CBC, porém a docente pensa não caber tal proposta ao público da EJA, pois os conteúdos não são apropriados às individualidades da EJA e nem ao grau de maturidade destes alunos.

Às vezes chega aluno que nunca deu um chute na bola como você vai trabalhar o CBC do ensino médio, vai falar de tática de jogo pra um aluno desses. Dai você teria que começar do zero com esse aluno. Por isso que falo que o conteúdo da proposta adotada não é eficaz para a EJA (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

Este discurso ilustra que a necessidade de uma formulação de uma nova proposta para a Educação de Jovens e Adultos a fim de cumprir com as necessidades trazidas por este público.

Seguindo esta perspectiva a perguntou-se à professora sobre quais os conteúdos poderiam ser mais relevantes para se trabalhar na Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, a docente diz que os conteúdos mais propícios seriam os que poderiam aproximar da realidade do cotidiano dos alunos. Desta forma, seriam mais propícias aulas mais calmas, que não focassem no esforço físico, permitindo assim aproximar da realidade necessitada pelos alunos da EJA a fim de cessar o desgaste físico provocado pelas aulas de Educação Física.

Seria um alongamento, uma caminhada, leva-los em outros ambientes fora da escola, trazer palestrante, fazer debates para esclarecer as dúvidas, em fim passar as informações referentes à Educação Física (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

Da mesma forma que foi proposto para os alunos elencarem os pontos positivos e negativos da Educação Física na escola, também foi proposto para a respectiva professora da área. Para tanto, esta relatou primeiramente os pontos negativos, que foram similares a alguns relatados pelos alunos que são o número elevado de alunos no mesmo horário e local e a falta de apoio pela gestão escolar. Já os pontos positivos apresentou somente o interesse dos alunos pelos conteúdos pertinentes a disciplina de Educação Física.

O que se pôde notar é que apareceram os mesmos pontos negativos tanto na fala da professora quanto dos alunos, reafirmando assim a necessidade de mudanças referentes aos respectivos pontos.

A respeito da forma de avaliação dos alunos que não são dispensados a professora ressalta que não é válido, porém não é determinado por ela o processo de avaliação e sim pela escola. A docente relata ainda que é preciso ter formas mais propícias de avaliação.

Deveria ter outra forma de avaliação não com finalidade de aprovar ou reprovar os alunos, mais para o professor ter um retorno do seu trabalho e para os próprios alunos terem a consciência do seu andamento nas aulas (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EJA).

O relato da professora reafirma que a enorme dificuldade encontrada atualmente no campo educacional é a capacidade de avaliar. Para Luckesi (2002) a avaliação que se pratica nas instituições de ensino é aquela onde as notas são usadas para documentar a necessidade de classificação dos alunos, onde são comparados desempenhos e não objetivos que se deseja atingir. Se faz necessário que os processos de avaliação determinem em que proporção os objetivos traçados pelo professor da disciplina estão sendo de fato alcançados e, se estão sendo alcançados, de que forma estão produzindo mudanças na vida das pessoas. Todavia, nota-se a importância da avaliação no contexto da prática pedagógica em sala de aula.

Por fim, as sugestões da professora para melhoria do andamento das aulas de Educação Física foram as mesmas sugeridas pelos alunos: divisão das turmas, pois se torna incabível trabalhar com um número tão alto de alunos; a diversificação dos conteúdos, para que possam gerar um maior interesse e motivação por parte dos alunos e por fim maior apoio da gestão da escola para a disciplina de Educação Física, já que a escola é como se fosse um edifício, onde a gestão é a base e sem a base não se pode agregar mais andares a este.

3.2.3 A diretora da Escola Salatiel de Almeida

As questões aplicadas à diretora da escola foram praticamente as mesmas aplicadas aos alunos e a professora de Educação Física sofrendo apenas algumas alterações. Desta forma, ao questionar a diretora a respeito de sua visão sobre a Educação Física da EJA, esta respondeu que está longe do ideal esperado para atender as necessidades desse público, porém pensa que a escola está caminhando rumo a melhorias.

Pinto (2003) ilustra que o principal componente da escola para que possam ocorrer melhorias, é a sua gestão. Com isso o autor afirma que a direção é o cargo máximo da instituição escolar e nada segue um devido funcionamento sem antes ter o apoio desta. Para tanto, é explícita a importância do apoio da gestão escolar perante não só a disciplina de Educação Física, mas também para com todas as disciplinas presentes no meio escolar. Torna-se claro o fato de somente desta forma a escola como um todo conseguir progressos e melhorias.

Questionada a respeito da facultatividade da disciplina nos cursos noturnos, a diretora relatou ser contra os pedidos de dispensa previstos pela lei. Completou dizendo que a disciplina de Educação Física tem o mesmo valor e importância que as demais disciplinas no meio escolar. Isto corrobora com a fala de Aranha (2003) que diz que a Educação Física é prevista na Lei como

componente curricular da educação básica, possuindo, desta forma, a mesma igualdade das demais disciplinas no meio escolar.

Desta forma, as diferentes classes que compõem esta amostra, alunos, professora e diretora, têm a mesma visão da importância da Educação Física em relação à igualdade perante as demais disciplinas. No entanto é estranho alunos e professora sentirem que a disciplina não é apoiada pela gestão.

Por seguinte, nesse mesmo contexto a diretora foi indagada a respeito dos pedidos de dispensa e a forma como são oferecidos. Esta diz discordar da aplicabilidade dos pedidos de dispensa, já que ressalta que se houver adequação dos conteúdos a serem oferecidos não há a necessidade de se haver pedidos de dispensa. Porém ao se referir a forma como são oferecidos os pedidos a diretora confessa não ser enfatizado tanto a importância da disciplina.

Tendo em vista tais fatos, é clara a indiferença da escola para com a disciplina de Educação Física, já que é reconhecido os erros da escola perante a disciplina, porém nada é feito para corrigi-los.

Dando sequência a diretora diz que as aulas de educação Física são importantes para que os alunos se tornem adeptos de hábitos saudáveis, como a prática de atividade física fora da escola. Desta forma, percebe-se uma visão muito superficial da diretora em relação ao grau de importância da Educação Física para os alunos da EJA em relação a que foi apresentada pela professora designada para a disciplina de Educação Física.

Ao questionar a respeito da participação dos alunos da EJA nas aulas de Educação Física a diretora relatou que quando se iniciam as aulas a participação é alta, porém no decorrer do ano letivo pelo fato da evasão escolar, essa margem de participação se torna muito baixa. Porém reafirma que o que falta é algo que motive os alunos a permanecerem nas aulas.

“Porém no decorrer do ano há uma evasão de alunos muito grande e acabamos ficando com poucos alunos praticando as aulas” (DIRETORA DA ESCOLA SALATIEL DE ALMEIDA).

Esta fala torna-se contraditória quando nos remetemos ao ponto negativo das aulas apresentado pelos alunos e professora que é o número elevado de alunos fazendo aula ao mesmo tempo. Se de fato a evasão fosse relevante acredita-se que este problema não existiria.

No que tange a evasão, considera-se imprescindível a relevância da diversificação de conteúdos e de novos temas trazidos para o contexto das aulas de Educação Física, possibilitando, assim, o aumento na participação dos alunos nas aulas e conseqüentemente caminhando rumo à erradicação da evasão escolar.

Relativo ao apoio da gestão em relação a disciplina, é diferentemente dos relatos obtidos com os alunos e com a professora de Educação Física. A diretora diz que a escola apoia totalmente tudo que diz respeito à disciplina e que luta juntamente com a professora para obter melhorias para esta. Porém, é claro nos relatos dos alunos e da professora o descomprometimento da instituição perante a disciplina, demonstrando controvérsias mais uma vez.

Por seguinte ao questionar a diretora a respeito dos pontos negativos e positivos da Educação Física na EJA, esta elencou para negativos o número elevado de alunos nas aulas e a não criação de uma proposta específica para a EJA. É notório o fato do não conhecimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa em relação a proposta do município, que é, na opinião desta pesquisadora, a mais propícia atualmente para a Educação de Jovens e Adultos na escola. Em relação aos pontos positivos a diretora relata, assim como os alunos, o esforço da professora da área pelas suas aulas de Educação Física. Ressalta também o apoio da escola e dos professores das demais matérias perante a respectiva disciplina.

Para tanto, verifica-se novamente a ideia contraditória de apoio da escola para com a disciplina de Educação Física, abrindo assim, possíveis aspectos a serem analisados em uma nova pesquisa.

A respeito do processo de avaliação dos alunos da EJA a diretora diz que no momento a única forma de avaliar esses alunos é como está sendo feito mesmo, avaliando a frequência, participação e pontualidade nas aulas de

Educação Física. Novamente é visível uma ideia minimalista da diretora, porém agora no processo de avaliação dos alunos. Assim, não é presenciado na fala da diretora a possibilidade de criação de novas estratégias de avaliação do público da EJA.

Por fim, do mesmo modo que ocorreu com os alunos e professora da EJA, a diretora foi incentivada a apresentar sugestões para melhoria do andamento das aulas de Educação Física na EJA. Esta relatou que no momento o que seria de mais urgência era a divisão das turmas nas aulas de Educação Física e nada mais sugeriu.

Neste ponto da entrevista era visível o desconforto da diretora a cerca dos questionamentos que lhe eram propostos, podendo ser observado o grande anseio desta para a finalização da entrevista.

Contudo contata-se urgente e inevitável a discussão de melhorias para a disciplina de Educação Física da escola, estas compreendendo novas propostas específicas, diversificação de conteúdos, maior comprometimento para com a EJA e a redução do número de alunos nas aulas de Educação Física. Entretanto, acredita-se que tais melhorias devem partir de iniciativas que abranjam todo o meio escolar: gestores, professores e alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos objetivos elencados para este estudo, faz-se necessário apresentar algumas considerações que, por si só, não finalizam a temática, mas servem de diagnóstico e indicadores que possam contribuir nos avanços da Educação Física e seu papel social, especialmente no ensino da Educação de Jovens e Adultos.

Todos os componentes da amostra possuem uma visão de que a Educação Física é um componente curricular importante na formação de jovens e adultos, independentemente do período e ciclo escolar. No entanto, esta visão e este discurso infelizmente não é condizente com as práticas por eles efetuadas no meio escolar na disciplina de Educação Física. Isto nos leva a crer que existe uma falta do reconhecimento e de apoio da disciplina no âmbito escolar. Constatou-se ainda a falta de apoio ao docente de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos, gerando, assim, a falta de preparo adequado ao enfrentamento do processo didático-pedagógico do ensino da EJA.

Outro ponto que gera preocupação em relação à Educação de Jovens e Adultos é o total descompromisso com ações inovadoras e vinculadas ao cotidiano dos participantes do processo educativo. As práticas relatadas classificam a Educação Física como momento de atividade livre e descontextualizada do sistema formativo por grande parte dos alunos componentes da amostra. Isto tende a empobrecer o caráter pedagógico dessa área de conhecimento na formação escolar.

Por fim, podemos considerar que existe um desrespeito em relação ao aluno da EJA, pois foram apontadas por estes, ações do meio escolar que geram medo, preconceito e exclusão. Não foram confirmadas, pela direção da escola, estratégias que pudessem incrementar e capacitar os profissionais da área de Educação Física para um adequado desenvolvimento das ações didático-pedagógicas referentes às particularidades do público da EJA.

A Educação Física é um componente curricular de elevado valor pedagógico que não pode ser simplesmente dispensado. Os alunos, mesmo

dentro de uma visão limitada sobre as possibilidades formativas e informativas deste, apreciam e apoiam o desenvolvimento da Educação Física no meio escolar. A docente, ainda que em conflito didático-pedagógico com a gestão da escola, consegue apresentar razões plausíveis ao efetivo desenvolvimento desse componente curricular, porém a falta de apoio por parte dessa gestão acaba por prejudicar todo o processo de desenvolvimento da disciplina. Entretanto, além da conquista de autonomia por parte da professora, não ficou claro nas entrevistas que outro tipo de apoio ela almeja da gestão. Assim, se faz necessário um repensar geral da equipe, para que se possa reverter o quadro apresentado.

Entende-se, por fim, que essa reversão só poderá se dar por meio de ações participantes, onde todos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos possam atuar de forma igualitária, tanto os gestores como os alunos, professores e comunidade. Para tanto, torna-se imprescindível um diálogo franco, participativo e à aplicação de medidas que visem estudos mais aprofundados para dar suporte ao enfrentamento das atuais necessidades da Educação Física na EJA, com o propósito de torná-la efetiva e útil a todos que dela participam.

A análise feita neste estudo configura-se num quadro de incertezas e expectativas, todavia, é esperado que as informações trazidas nesta pesquisa possam contribuir para a transformação do panorama atual da Educação Física na EJA desta instituição de ensino. Para finalizar estas considerações, registramos o imenso prazer em ter desenvolvido este estudo embora tenha consciência de não ter sido possível neste trabalho retratar na sua totalidade e complexidade o panorama atual da Educação Física da EJA na instituição, desta forma, espera-se que este trabalho seja útil para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane R.; ESTEVES, Luiz C. G.; OLIVEIRA, Edna C. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do Pro Jovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos**. Brasília/DF, 2009.

ARANHA, M. **Filosofia da educação**. 3ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BAQUERO, R. V. Ângelo; FISHER, M. C. Bueno. **A educação de jovens e adultos no Brasil: um campo político-pedagógico em disputa**. São Leopoldo, 2004.

BARBOSA, C. Melo et al. **A educação de jovens e adultos: uma nova visão sobre o caso**. São Paulo, 2012.

BARROS, A. J. Paes. **Fundamentos de Metodologia: um guia para incitação científica**. São Paulo: Mc Graw Hill, 1986.

BRACHT, Valter et al. **Pesquisa em ação: Educação Física na escola**. 2º Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**, 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394**, de Dezembro de 1996.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC /SEF, 1998.

BRASIL. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Segundo seguimento do ensino fundamental (5ª a 8ª série) vol 1 e 3.** Brasília: MEC/ SEF, 2002.

BRASIL. **Proposta do MEC para Educação Física.** Acessado em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegme nto/vol3_edufisica.pdf. Acesso em: 06 de mar. 2013.

CARVALHO, C. Pezzolo. **Ensino noturno: realidade e ilusão.** Ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2011.

CERATTI M, R. Neves. **Políticas para a Educação de Jovens e Adultos.** Paraná, 2007.

CORREIA, W. Robson. **Planejamento Participativo e o Ensino de Educação Física no 2º grau.** Revista Paulista Educação Física, São Paulo, 1996.

FERNANDES, A. Aparecida et al. **Ler e escrever com a história do cotidiano.** Paraná, 2010.

FERRARI, S. Costa. **Dar voz ao aluno do supletivo – mudanças pessoais e suas razões.** Tese de doutorado, PUC/SP, 2001.

FERREIRA, R. Claudia. **Coletivo de autores: metodologia do ensino da Educação Física.** 1992.

FREIRE, J. Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**, 2010.

FRIEDRICH, Marcia et al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Goiás, 2008.

GOMES, M. C. Ferraz; SILVA, A. Oliveira; GUNTHER, M. C. Camargo. **Educação Física de jovens e adultos e os documentos legais**. São Paulo, 2009.

HAYDT, R. Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo, Ática, 2000.

KRUG, H. Novais. **A reflexão na prática pedagógica do professor de Educação Física**. Santa Maria, 1996.

KUNZ, Edmundo. **Educação física: ensino e mudanças**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

LAGING, Rivas. **Concepções abertas no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro, 1986.

LUCKESI, C. Coimbra. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZINI, E. Jorge. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 2001.

MANZINI, E. Jorge. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. Londrina: Eduel, 2003.

MINAS GERAIS. **Conteúdos Básicos Comuns**. 2006.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MUZAMBINHO. **Proposta municipal para a Educação Física**. 2007

NAHAS, Markus V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

OLIVEIRA, Amauri A. B. **A educação física no ensino médio – período noturno: um estudo participante**. Unicamp. Tese Doutorado em Educação Motora-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

OLIVEIRA, I. Barbosa; PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro. DP&A, 2012.

OLIVEIRA, L. Alves. **A prática de Educação Física na Educação de Jovens e adultos**. Goiás, 2010.

PAIANO, Robert. **Ser ou não fazer: o desfazer dos alunos de Educação Física e as perspectivas de reorientação da prática pedagógica do docente**, São Paulo, 1998.

PINTO, A. Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

PINTO, José M. de R. **Financiamento da educação no governo**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Brasília/DF, 2009.

PORCARO, R. Cristina. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Viçosa, 2010.

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJ no Brasil**. São Paulo, 2010.

SANT'ANNA, S. Mara. **A Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva histórica**. Rio grande do Sul, 2006.

SILVA, H. C Nunes; SILVA S. A. P. Santos. **Educação Física no ensino noturno: um estudo de caso**. São Paulo: Osasco. Revista digital – Buenos Aires- nº 104, 2007.

VIEIRA, M. Clarisse. **Aspectos históricos e políticos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Brasília, 2004.

VIEIRA, M. Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. Volume II. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VOLPE, Geruza. **O Financiamento da Educação de Jovens e Adultos: farelos de migalhas**. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas/SP, 2011.

LESME. Adriano. **Maneiras de obter o certificado de conclusão do ensino médio**. São Paulo, 2013.

ANEXO I

ENTREVISTA DESTINADA AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- 1- Como vocês veem a educação física na EJA?
- 2- Vocês sabem que a Educação Física é uma disciplina obrigatória no ensino fundamental e médio?
- 3- Qual o grau de importância das aulas de Educação Física para sua formação?
- 4- Qual a opinião de vocês sobre os pedidos de dispensa das aulas de educação Física e a forma com que eles são oferecidos na escola?
- 5- Como vocês veem as aulas de educação física as quais vocês participam?
- 6- Na visão de vocês quais os conteúdos da Educação Física são mais relevantes e devem ser abordados nas aulas?
- 7- Quais os pontos positivos e negativos das aulas de educação física?
- 8- Vocês são avaliados nas aulas de educação Física? O que acham disso?
- 9- Quais as sugestões para melhorar o andamento das aulas?
- 10- Se as sugestões fossem seguidas, vocês acreditam que a participação nas aulas seria melhor?

ANEXO II

ENTREVISTA DESTINADA A PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- 1- Qual é a sua visão sobre a EF na EJA?
- 2- Qual é a sua opinião sobre a facultatividade da disciplina nos cursos noturnos incluindo a EJA?
- 3- Qual é a sua opinião sobre os pedidos de dispensa e a forma que eles são oferecidos na escola?
- 4- Qual é o grau de importância das aulas de EF para a formação dos alunos?
- 5- Como você vê a participação dos alunos da EJA nas aulas de EF?
- 6- Qual sua opinião em relação às propostas existentes para as aulas de EF da EJA?
- 7- Em sua opinião quais seriam os melhores conteúdos para serem abordados para esse tipo específico de alunos?
- 8- Em sua opinião qual é a posição da escola em relação a disciplina de EF na EJA?
- 9- Quais os pontos negativos e positivos das aulas de EF da EJA?
- 10- O que você pensa sobre o processo de avaliação da EF da EJA?
- 11- Quais seriam as sugestões para melhorar o andamento das aulas de EF na EJA?

ANEXO III

ENTREVISTA DESTINADA A DIRETORA DA ESCOLA PROFESSOR
SALATIEL DE ALMEIDA

- 1- Qual é a sua visão sobre a Educação Física na EJA?
- 2- Qual é a sua opinião sobre a facultatividade da disciplina nos cursos noturnos incluindo a EJA?
- 3- Qual é a sua opinião sobre os pedidos de dispensa e a forma que eles são oferecidos na escola?
- 4- Qual é o grau de importância das aulas de EF para a formação dos alunos?
- 5- Como você vê a participação dos alunos da EJA nas aulas de EF?
- 6- Qual é a posição da escola em relação à disciplina de EF na EJA?
- 7- Quais os pontos negativos e positivos das aulas de EF da EJA?
- 8- O que você pensa sobre o processo de avaliação da EF da EJA?
- 9- Quais seriam as sugestões para melhorar o andamento das aulas de EF na EJA?